

INTEGRAÇÃO ENTRE REGIÕES PERIFÉRICAS NO MERCOSUL: UM ESTUDO DE CASO

André Gustavo Cardoso Magalhães (andremagalhaes.rj@hotmail.com)¹
Luiz Cristiano Naclerio Torres (ecris66@yahoo.com.br)²
Universidade Nacional de Tucumán

Introdução

Atualmente, existe um grande interesse de análise geoeconômica por parte dos pesquisadores que se dedicam aos estudos das assimetrias regionais verificadas nos processos de integração em blocos econômicos já que, normalmente, estes apresentam um desequilíbrio no desenvolvimento entre as regiões que os compõe.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) vem apresentando ultimamente um cenário de constantes eventos que aparentemente refletem um dinamismo integracionista. Entretanto, uma pesquisa mais detalhada revela uma situação de diferenças de desenvolvimento entre as regiões do bloco e em suas unidades subnacionais.

Um dos problemas verificados reside em que as regiões centrais da macrorregião MERCOSUL integram-se entre si com um dinamismo superior daquele que se pode observar entre as regiões periféricas do bloco, além do que, a falta de interconexão destas regiões periféricas faz com que elas não se relacionem entre si diretamente, senão através de seus respectivos centros nacionais³.

Sendo assim, os discursos políticos, os interesses contemplados e as políticas implementadas no processo de integração, levam em conta somente as necessidades e prioridades daquelas áreas mais desenvolvidas em detrimento das periféricas conformando-se, na realidade, uma integração entre centros e não entre periferias.

O trabalho está orientado a identificar as políticas integracionistas atuais colocadas em prática pela província de Tucumán, pólo regional do noroeste argentino, organizando-as a partir de um critério de políticas afins aos interesses periféricos e/ou aos centrais.

Paralelamente, enfocamos uma construção do conceito de região a partir da articulação e desenvolvimento do capitalismo como gerador de práticas, políticas e fluxos de produção e consumo, bem como as conexões sociais que se produzem em um espaço determinado.

1- Processo de integração sul-americano: MERCOSUL

A integração do cone sul sul-americano começa a institucionalizar-se na década de 90 do século XX, decorrente da aproximação entre Argentina e Brasil a partir da assinatura dos protocolos de cooperação e amizade entre os dois países em meados dos anos '80. O objetivo do MERCOSUL era a criação de uma área de livre comércio entre as economias dos países membros do bloco que evoluiria para a formação de um mercado comum.

No cenário internacional, o MERCOSUL nasce após a queda do muro de Berlim e a preponderância da economia de mercado de cunho liberal, com a pouca interferência do Estado na economia, e a perspectiva da liderança unipolar dos Estados Unidos, reconhecido

¹ Geógrafo e doutorando em Ciências Sociais com orientação em Geografia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Tucumán (UNT/Argentina).

² Graduado em História e mestrando em Relações Internacionais na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Tucumán (UNT/Argentina).

³ CARDOSO MAGALHÃES, A.G., NACLERIO TORRES, L.C. (Encontro Internacional de Geografia/USP, 2008).

vencedor da disputa com a antiga União Soviética durante os anos da guerra fria, devido à implosão desta última.

Em escala global, o mundo passava por dois grandes fenômenos que, direta e indiretamente, influíram na formação do MERCOSUL – tanto no aspecto político e ideológico, assim como no econômico.

Por um lado, temos a acentuação da globalização – independentemente de entrarmos na seara da discussão acerca da origem deste fenômeno. Discute-se a sua origem, ainda durante o século XVI, como fruto da ampliação do capitalismo na Europa, das grandes descobertas e incorporação de novos espaços ao mercado europeu (como é o caso da América portuguesa e espanhola), ou se esta se conforma a partir das revoluções tecnológicas pela qual atravessou a humanidade. O enfoque é que a globalização é fruto da sociedade capitalista ocidental.

De toda forma, o MERCOSUL, desde suas origens, esteve influenciado por este fenômeno, cujas características podemos resumi-las como: uma tendência de acumulação de capitais por parte de grandes blocos econômicos; alocação de recursos em diferentes países do globo; transferência imediata de dinheiro – uso dos sistemas de comunicação e transporte (como internet, telefonia, satélites e aviões a jato, como elemento central na administração das empresas e na definição da produção e sua venda); preponderância da iniciativa privada por sob o papel do estado na gerência dos mercados.

Diversos autores assinalavam a tendência das formações de blocos econômicos ao estilo europeu, e que este período seria de capitalismo flexível. Em contra posição, a etapa anterior, que era de um capitalismo rígido muito influenciado pelo modelo fordista de acumulação de capitais.

Com efeito, a preponderância do Estado Nação, como definidor dos mercados, de seu alcance, sua dinâmica e articulação com outros mercados seria paulatinamente transferida aos grandes conglomerados econômicos, multinacionais que, embora estivessem radicadas em um território, possuíam sucursais e interesses nos mais variados rincões do planeta. Os estados já não teriam como fornecer soluções a um mundo em que as fronteiras econômicas, dia a dia, eram derrubadas.

Outro aspecto que teve repercussões no MERCOSUL, durante sua etapa de formação, foi o sucesso obtido pelo processo de integração europeia. O continente europeu saiu de uma guerra mundial totalmente destruído e perdeu a liderança política global para os Estados Unidos. O velho continente não tinha nada mais a ensinar e a exportar para os demais países que não houvesse sido guerras, colonizações, destruição e inúmeros exemplos negativos no campo político. Os EUA passaram não só a responder pela segurança europeia, como também durante os anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra eram, por excelência, os artífices do mundo ocidental. Entretanto, o esforço de reconstrução europeu, após a segunda guerra, e o êxito de sua política de integração que aproximou rivais históricos (como a Alemanha e a França), a cooperação no campo da energia, na interconexão de suas economias e no ambicioso projeto de construção de um mercado comum e criação de uma moeda única, eram indubitavelmente a recuperação em termos políticos da velha Europa, que emergia com algo novo. Passa a constituir-se em um pólo de gravitação de idéias e prestígio que progressivamente começaria a rivalizar com até então inquestionável liderança política dos Estados Unidos no mundo ocidental.

Dentro desta perspectiva, a integração no MERCOSUL foi consolidando-se em duas frentes:

- I- Aceleração das integrações das economias – com abertura dos mercados, aumento do fluxo de comércio intrabloco e ênfase nas políticas econômicas de características neoliberais.

II- Gestação de um projeto mais amplo e consistente no qual os aspectos históricos e culturais passavam a ter um peso considerável na equação da integração – isto é uma integração latino-americana – uma Pátria ampliada – A chamada Pátria grande e a evocação de personagens históricos, possíveis pais de projetos pretéritos que iam nesta linha de ação – heróis como Bolívar, San Martín, entre outros.⁴

No caso do MERCOSUL temos, a grosso modo, dois grandes pensamentos sobre sua construção e funcionalidade. Por um lado, um território econômico, no qual as grandes empresas multinacionais teriam as rédeas das decisões e encontrariam um espaço regional sem fronteiras, com grande capacidade de circulação de produtos e serviços, e a formação de um mercado de consumo unificado e massificado a partir das diretrizes destas empresas globais – geralmente norte-americanas e européias. Este MERCOSUL centrava todas as suas atenções nos aspectos econômicos, nas aberturas dos mercados, nas regras de produção e comercialização que beneficiavam as grandes empresas.

O outro pensamento se fundava na importância que poderia adquirir o MERCOSUL como elemento de mitigação do imperialismo de grandes nações, sobre tudo dos Estados Unidos. A formação de um bloco econômico, em que a aproximação econômica dos países da região representaria a possibilidade de melhoria de vida de vastos setores sociais, o fortalecimento, tanto em matéria de comércio como no peso político da região sul-americana nos foros internacionais, e um contraponto de poder global.

Essas duas visões caracterizam-se pela ruptura em dois paradigmas que pareciam irreconciliáveis. De um lado, temos o plano econômico; noutro, o político-cultural. Estes paradigmas influíram e rivalizaram entre si no tocante à definição das políticas, das pautas, da velocidade e do formato que deveria dar-se a integração.

Entretanto, cabe destacar que não fazia parte do foco de atenção dos formuladores das ações de integração no MERCOSUL uma premissa, que havia tido grande repercussão na região sul-americana e latino-americana, sobre tudo durante os anos '60 de maneira geral, que era a temática do desenvolvimento. Esta divisão em dois paradigmas da formação do MERCOSUL impossibilitou centrar o processo de integração em políticas que efetivamente combatessem os problemas regionais e alavancassem crescimento e desenvolvimento locais.

Sendo assim, não encontramos grandes debates, tanto por parte dos intelectuais que analisavam o processo de integração no MERCOSUL, como também seus ideólogos sobre o desenvolvimento. Esta etapa foi postergada por outras pautas e prioridades na agenda da integração. Poderíamos dizer que o MERCOSUL acabou constituindo-se por estímulos, tanto ideológicos como políticos, advindos de fora do continente sul-americano.

Portanto os formuladores das políticas integracionistas não articularam iniciativas que contemplassem a integração de regiões periféricas e postergadas no MERCOSUL. Não definiam projetos em comum no campo da participação cidadã, ou de entidades civis. Ainda assim, é amplamente sabido que o bloco mercosulista se caracteriza por uma integração intragovernamental, isto é, aquela em que os governos de cada um dos países negociavam, discutiam e estruturavam as metas e alcances do projeto integracionista, sem a criação de entidades supranacionais que representassem o interesse regional.

Caberia então uma pergunta: houve, em algum momento, interesse regional no MERCOSUL? Ou o que existiu foi o interesse de cada um dos países membros e das forças

⁴ Cabe aclarar que do ponto de vista da intelectualidade brasileira, de maneira geral, os projetos dos grandes próceres da independência dos países hispânicos nunca teve muita acolhida. Portanto, deveríamos procurar, no caso brasileiro, outras concepções tais como: nos setores liberais brasileiros que viam o MERCOSUL como uma plataforma pra ampliar as transações brasileiras, ou ainda na corrente esquerdista nacional que, influenciada tanto pelo histórico pensamento internacionalista da revolução comunista e a luta anti-imperialista, anteviam a integração como um espaço de luta e consolidação dos seus projetos políticos.

políticas e econômicas nacionais? De outra sorte, a falta de uma burocracia integracionista se deve ao formato que tem o MERCOSUL, ou a incapacidade política dos governos que fundaram o bloco regional.

O fato é que no cone sul, à diferença da Europa, não foi possível criar instituições supranacionais que pensassem, minimamente, e gerassem pautas de integração por fora dos interesses governamentais e da tutela destes. Isto não representou em si um impedimento à integração. Mas, sem dúvida, no caso das regiões periféricas – que são frutos de incapacidades destes países de equalizar e harmonizar o desenvolvimento no interior de suas respectivas economias, a falta dessas ações teve uma significativa e negativa repercussão.

Portanto, entendemos que o estudo das unidades subnacionais no MERCOSUL, e a integração de áreas periféricas, representam um novo espaço de análise, privilegiando a identificação das falências da integração. Ainda assim, permite centrar a discussão em novos patamares, já que tradicionalmente o debate se polariza entre os interesses das regiões mais ricas e dos grupos sociais mais influentes do bloco, sem tomar em consideração outras perspectivas, outras dinâmicas regionais.

2 – Uma aproximação à teoria do desenvolvimento endógeno

Nos últimos anos, tem-se acentuado a construção de um novo paradigma relacionado com o desenvolvimento em que centra as atenções na capacidade das pessoas, das cidades e das regiões de promoverem um crescimento econômico sustentado e alicerçado na estrutura local (municípios ou regiões). A interdependência das economias mundiais, verificada na atualidade, a intensificação do processo de globalização, e o aumento da concorrência dos mercados internacionais foram alguns dos fatores que estimularam a procura por novas explicações e enfoques, para tratar dos temas relacionados ao crescimento econômico, desenvolvimento social dos países e das regiões. Esse estímulo se dá em um mundo que se caracteriza pela busca constante de inovação tecnológica de produtos e serviços, e a aproximação das economias em escala global.

No caso da América Latina, já há a percepção, por parte de vastos setores sociais, de que crescimento econômico nem sempre traz qualidade de vida ao conjunto da população, e que impera uma frustrada expectativa com as políticas implantadas durante os anos do pós-guerra⁵.

Dessa maneira, o continente latino-americano, com seus pensadores das mais diferentes matizes, sempre esteve na vanguarda do debate sobre o desenvolvimento e a industrialização, estabelecidos como motivadores da melhoria de vida e do crescimento econômico e social. Tais processos surgiram durante o período das grandes guerras mundiais, e foram alavancados nos idos da criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), que capitaneou esta discussão.

Parte destes pensadores se deixou seduzir pelo “canto da sereia” neoliberal, de que importar políticas econômicas das nações mais desenvolvidas seria a maneira mais rápida e eficaz de propiciar crescimento e, como consequência, desenvolvimento. Este comportamento da elite econômica e política dos países latino-americanos demonstrou um perfil periférico – à medida em que acatava de maneira unilateral e acrítica as recomendações elaboradas fora do

⁵ Políticas em que os governantes dos países em desenvolvimento punham em marcha, como forma de solucionar o atraso das economias, reformas para abrir mercados e incorporar práticas jurídicas, técnicas comerciais e de gestão das empresas dos países desenvolvidos, como estratégias para a incorporação daqueles países à economia global, e alcançar assim o tão almejado desenvolvimento. Entretanto, o que se observou foi o acentuado nível de pobreza e marginalização de vastos contingentes populacionais, a desigualdade crescente entre setores e regiões dos países, e resultados de crescimentos econômicos muito pífios, sobre tudo se comparados com outros períodos da história latino-americana.

continente, sem observar o que seria útil e aplicável à realidade dos países em questão.

Isoladamente, ou em alguns períodos, pode ter havido aumento dos números dos PIB's de alguns países. Entretanto, estes elaboradores das políticas não enfocaram corretamente nos reais problemas de seus países; não bastava crescer economicamente, mas sim incorporar pessoas ao mercado de trabalho; melhorar a infraestrutura; investir no saneamento básico, na saúde e na educação, bem como não descuidar do processo de modernização da economia e da inserção desta ao mercado global.

Obviamente, com esta crítica não pretendemos lançar todas as culpas pelos infortúnios dos países latino-americanos à aplicação desta ou daquela política econômica. O que nos motiva neste trabalho é buscar equalizar a questão do desenvolvimento ancorado no espaço local, e o processo de integração vivido pelos países da América do Sul. Muito menos queremos caracterizar o pensamento neoliberal como maligno e portador intrínseco de elementos corrosivos das sociedades em análise, já que acreditamos que as políticas neoliberais, postas em funcionamento na região, respondiam a interesses concretos de grupos sociais, tanto nos países em desenvolvimento, como naqueles desenvolvidos.

Sendo assim, este trabalho se preocupa com a possibilidade de aplicar a teoria endógena ao processo de integração de regiões periféricas do MERCOSUL, e as estratégias elaboradas por uma destas regiões; a província argentina de Tucumán.

Assim, o que se pode concluir, já passado alguns anos das políticas neoliberais aplicadas no pós-guerra fria, é que os países latino-americanos não obtiveram os benefícios acenados, e não tiveram, em grande medida, cumpridas as aspirações que ensejaram sua elaboração.

Podemos dizer, numa primeira instância, que os políticos destes países não tomaram as devidas precauções de entender que o processo de desenvolvimento está alicerçado em uma base territorial determinada, e é fruto da interação desta com um grupo social também determinado e com características históricas, culturais, e políticas, que permitem o crescimento econômico e possibilitam o desenvolvimento social.

Portanto, a fase da globalização que se caracterizou pela preponderância das iniciativas neoliberais (1989-2001) nos países latino-americanos, desconheceu esta premissa.

De outra sorte, as elites econômicas e políticas destes países alavancaram o desenvolvimento num processo de globalização e de inserção incondicional à economia mundial. O desenvolvimento foi pensado como a importação de modelos que haviam sido criados em outras áreas, cidades e países. Isolavam-no de um determinado lugar e passavam a estudá-lo e a copiá-lo como forma para alcançar um patamar semelhante alcançado por outros países. As políticas então aplicadas para promover o desenvolvimento, deixavam de reconhecer a inter-relação das forças produtivas locais, circunstâncias históricas determinadas, aspectos físicos específicos, e a criação de instituições e práticas culturais que permitiam alavancar este crescimento econômico e este desenvolvimento sócio-econômico.

Diante deste quadro brevemente descrito, a teoria endógena do desenvolvimento resgata e amplia o que outros pensadores já haviam assinalado como princípios para que um país consiga melhorar seu nível social e econômico.

A idéia deste novo paradigma pode ser expressa como “o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades), mediante os investimentos realizados por empresas e agentes públicos, e sob o crescente controle da comunidade local.”

A partir desta nova conceitualização, se abre uma série de enfoques que não mais se centram na produção, mas sim na qualidade desta, na inter-relação com as forças produtivas de um determinado espaço territorial e as potencialidades físicas; também permite preocupar-nos com as práticas culturais de um determinado espaço social. “O processo de crescimento e de mudança estrutural é resultado das estratégias e decisões de investimento das organizações

que operam nos mercados e estão integrados a esses condicionadores da dinâmica econômica, que são os entornos institucionais e culturais. Afetam também as formas de organização da produção, o sistema de relações e a aprendizagem das organizações.”⁶

3 – Tucumán e seu entorno de integração

Enfocaremos o nosso estudo no âmbito da América do Sul, e em especial na Argentina, de forma a compreender estes processos na região em perspectiva – a província de Tucumán – no norte argentino. Por isto convém apresentar a província enfocada nesta análise.

Trata-se da menor província argentina, localizada em uma área estratégica no setor norte do país, com considerável destaque na dinâmica regional argentina. Centro de um espaço geográfico mais amplo conformado por outras quatro províncias (Catamarca, Salta, Jujuy e Santiago del Estero), esta província nortenha, sem dúvida alguma, exerce uma importância geoestratégica na política exterior argentina (ou pelo menos deveria), já que se encontra num espaço privilegiado do subcontinente sul-americano.

Na região do noroeste argentino, a província de Tucumán pode ser considerada a capital regional por excelência, pese a importância que cada ano recebe a cidade de Salta, capital homônima da província vizinha.

Esta região, que faz fronteira com três outros países (Bolívia, Chile e Paraguai), foi a pioneira da ocupação espanhola ainda durante o período colonial, e tem importância histórica, já que em Tucumán lavrou-se a ata de independência do país platino. Ainda assim, essa região pôde conformar uma atividade produtiva de relevo, calcada na produção de açúcar para o mercado interno argentino, trazendo um desenvolvimento manufatureiro responsável por um considerável crescimento econômico, tanto em nível provincial como regional.

Também a região adquire importância, já que passou a ser um corredor natural de transporte e conexão entre o Atlântico e o Pacífico, podendo converter-se em um espaço estratégico tanto na esfera das políticas exteriores argentinas, como do MERCOSUL, no tocante à interconexão com países asiáticos, que cada vez recebem maior importância no cenário global, como China e Índia.

4 - Análise da estrutura econômica de Tucumán

Esta província tem uma superfície de 22.524 km², uma população de 1.338.523 habitantes⁷, distribuídos em 17 departamentos, com uma grande concentração populacional na capital e áreas adjacentes. Possui uma das maiores densidades demográficas da República Argentina, com 59,4 habitantes por km², e apresenta características extremadamente díspares no tocante ao seu desenvolvimento socioeconômico.

Atualmente, apresenta uma economia diversificada, mas se destaca a produção açucareira – complexo manufatureiro motor histórico do desenvolvimento provincial.

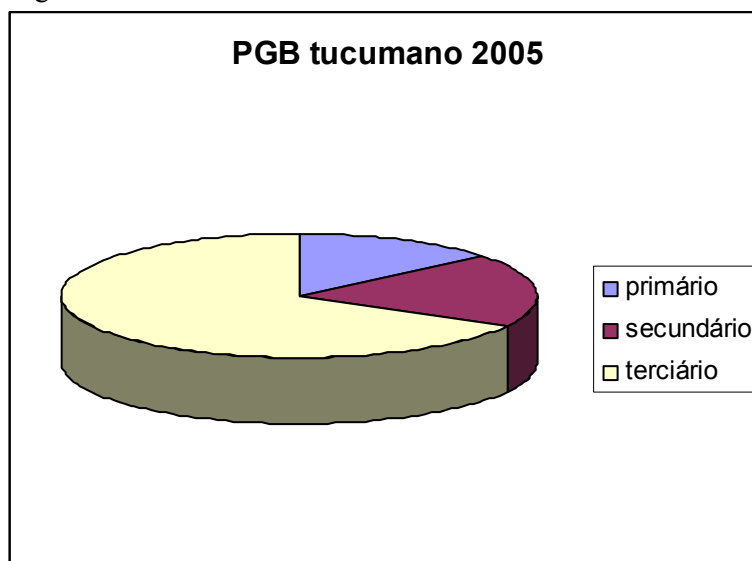
Segundo dados fornecidos pelo Anuário Estatístico Provincial, a atividade econômica provincial se encontra distribuída, relacionado ao PGB (Produto Geográfico Bruto) por setor da economia da seguinte maneira: 14% setor primário (agricultura, pecuária e exploração mineira); 19% secundário (manufatureira); e 67% terciário (serviços – destacando-se a preponderância da administração pública, ensino privado e público e serviços sociais que representariam 25% na composição total do PGB). Caracteriza-se, portanto, como a maioria das economias do mundo, isto é, com preponderância do setor serviços como gerador de emprego e recursos. No caso de Tucumán, pode-se observar uma participação importante do

⁶ Barquero, Antonio Vázquez – Desenvolvimento Endógeno em tempos de Globalização.

⁷ Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), referentes ao censo demográfico de 2001.

setor primário com a exploração de plantação de limões, frutas e hortaliças, como mostra a figura 1.

Figura 1 – Gráfico demonstrativo do PGB de Tucumán em 2005



Fonte – Anuário Estatístico de Tucumán (www.tucuman.gov.ar)

Esta atividade primária, característica marcante dos países em desenvolvimento, é um ramo tradicional da produção tucumana. Embora a atividade manufatureira tenha menos de 20% do PGB da província, é um consenso de que esta atividade é dinamizadora da parte de serviços e, indubitavelmente, quando falamos de desenvolvimento, estamos nos referindo à produção de bens com valor agregado e à atividade por excelência que propicia, isto é, a indústria. No caso tucumano, também cabe destacar que a indústria provincial está apoiada na atividade primária, já que a produção de açúcar e cítricos são as cadeias produtivas que se relacionam diretamente com a agricultura.

Portanto, neste estudo, nos concentraremos na análise dos dados do seu setor manufatureiro, devido à capacidade de alavancar crescimento e promover desenvolvimento no conjunto econômico, e também na exportação de produtos por parte das empresas radicadas em seu território.

Em razão da existência de poucos dados e estudos relacionados ao setor industrial tucumano, nos basearemos no relatório do departamento de estatística da província, que por sua vez estão apoiadas em informações retiradas da pesquisa industrial mensal feita pelo INDEC, no período de janeiro de 2001 a 2007.

A ausência de coleta de dados deste importante setor da economia provincial por parte de Tucumán indica uma negligência dos governos anteriores, e demonstra que existe uma falta de visão estratégica e preocupação dos setores dirigentes da sociedade com relação à atividade econômica local. Não se pode pensar que os setores públicos e privados tenham projetos, programas e planos que dêem conta da inserção da economia local no processo produtivo do MERCOSUL, se não existe uma base de dados, análises, informações coletadas e processadas tanto pelas autoridades provinciais, como pelas suas associações empresariais e sindicais. Isto caracteriza uma prática periférica não endógena, em que a sociedade provincial espera os estímulos do centro para ordenar sua atividade produtiva, e não o contrário – isto é, fortalecer a cadeia produtiva local com estudos, práticas e dados retirados gerados na própria província.

- Atividade produtiva industrial:

Atualmente, as principais indústrias de Tucumán encontradas estão nos seguintes segmentos:

- a) Alimentos e bebidas: preparação de frutas, hortaliças e legumes, elaboração de açúcar, produtos alimentícios, refrigerantes e cervejas.
- b) Têxteis e calçados: fabricação de fios, fibras têxteis, tecidos, artigos têxteis em geral, calçados de tecido, plásticos, borrachas e outros.
- c) Madeira: serragem e escovado.
- d) Papel: fabricação de pasta de celulose, papel e cartolina.
- e) Edição e impressão: fabricação de jornais, revistas e publicações periódicas.
- f) Fabricação de plásticos.
- g) Produtos minerais não metálicos: fabricação de argila, cerâmica não refratária, artigos de concreto, cimento e gesso.
- h) Fabricação de metais comuns: produtos de ferro e aço.
- i) Fabricação de máquinas e equipamentos: fabricação de bombas, compressores, torneiras, válvulas, máquinas agrícolas, máquinas para indústria de alimentos, bebidas e tabaco.
- j) Fabricação de máquinas e aparelhos elétricos: disjuntores.
- k) Fabricação de aparelhos de rádios, televisão e telefone: elaboração de transmissores de rádio, televisão e telefones, fios de telégrafo.
- l) Fabricação de veículos automotores: peças e acessórios para veículos automotores, partes de motores e retífica de motores.
- m) Móveis e colchões.

Este conjunto de atividades manufatureiras engloba aproximadamente 56 empresas existentes na província, entre locais, nacionais e estrangeiras.

Ao analisar esses dados preliminares, podemos certificar-nos da capacidade da indústria açucareira, já que esta permite a estruturação de uma grande gama de empresas tanto no setor secundário quanto no terciário, que produzem para suprir as necessidades desta atividade econômica.

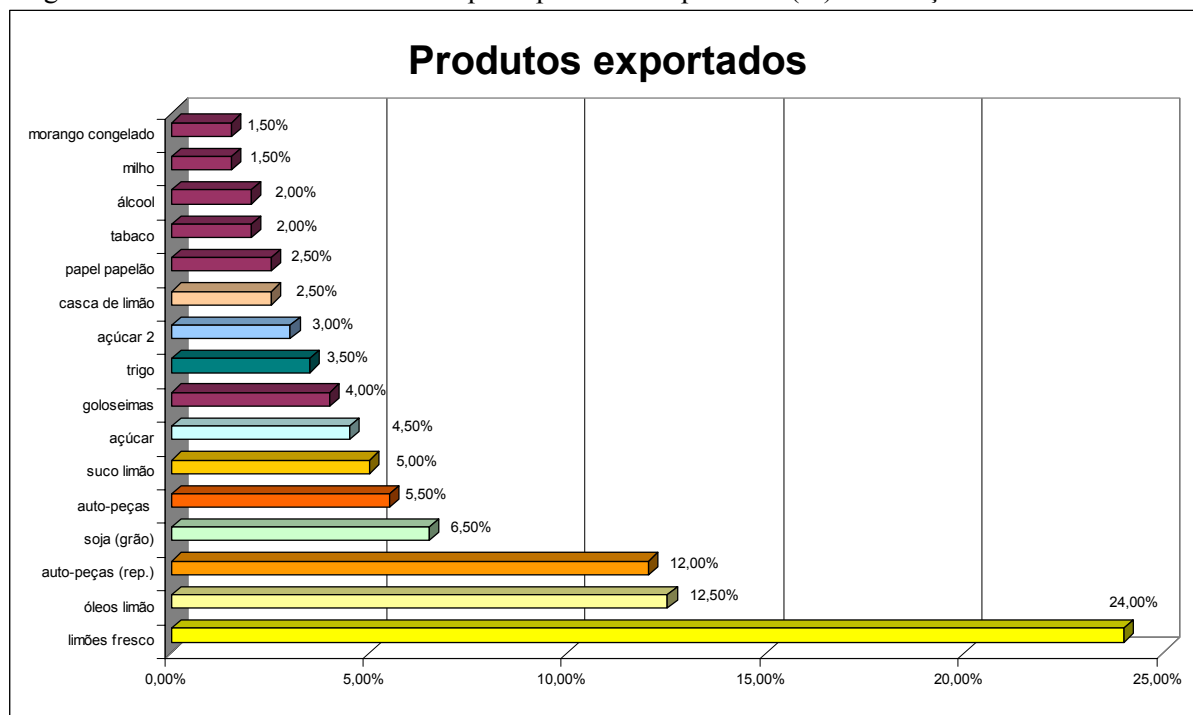
Também se observa que o setor de alimentos é um ramo central na atividade econômica provincial, já que 37,9% da atividade deste setor se deve à cadeia açucareira, e 23,3% em alimentos, perfazendo mais de 60% do total do setor⁸.

O setor industrial emprega 322 mil pessoas e está vinculado tanto à produção em empresas locais, como a empresas multinacionais. Fabricação de autopeças para empresas multinacionais com sede regional no Brasil, empresas de bebidas controladas por multinacionais brasileiras e européias, e a venda de alimentos *in natura* ou processados e vendidos para países limítrofes, europeus e asiáticos, são exemplos de atividades desenvolvidas em Tucumán.

A economia tucumana está altamente vinculada ao mercado global, no entanto possui uma especialização muito baixa. Quando analisamos os produtos exportados pela província (Figura 2), notamos a pouca inovação tecnológica e o baixo valor agregado de seus produtos, caracterizando-se em uma típica área periférica dentro da economia mundial.

⁸ A indústria manufatureira: uma análise da conjuntura nacional e da província de Tucumán – departamento de estatística de Tucumán – ano de 2008.

Figura 2 – Gráfico demonstrativo dos principais itens exportados (%) em relação ao valor FOB total



Fonte – Anuário Estatístico de Tucumán (www.tucuman.gov.ar)

Nota: no gráfico acima o açúcar corresponde ao produto em estado bruto, enquanto o açúcar 2 corresponde ao açúcar processado.

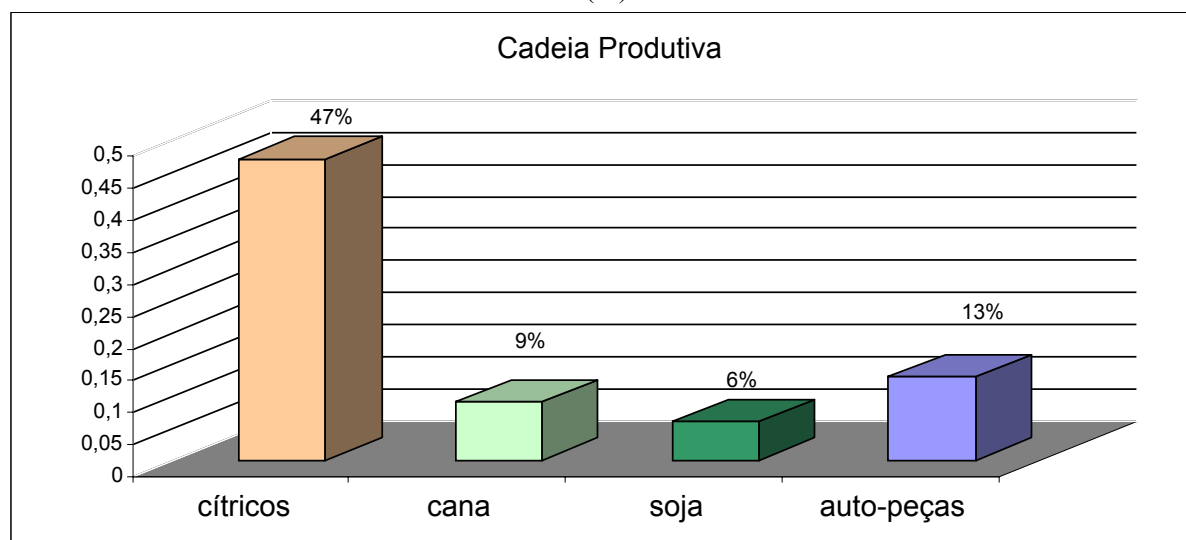
Desempenha-se como supridora de produtos primários ou semimanufaturados de baixo valor agregado e compradora de produtos de elevado valor. Poderíamos dizer que o ilustre economista tucumano Pebrich, pai da teoria da defasagem no termo de intercâmbio de trocas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, teria se inspirado na realidade econômica tucumana, se não tivesse sido elaborada há décadas passadas.

Diante deste quadro, nos perguntamos como a elite econômica e política da província de Tucumán – em função de suas características socioeconômicas – elabora as estratégias para incorporar sua economia no cenário do MERCOSUL. Existem políticas que enfocam as prioridades econômicas provinciais? Há a elaboração de estruturas políticas e administrativas, tanto na esfera pública quanto na privada, que dêem conta de dotar a atual estrutura produtiva local de maneira a obter, no processo de integração, oportunidades para promover o crescimento econômico local e o desenvolvimento do conjunto de sua população?

- Comercio exterior:

A principal cadeia produtiva de Tucumán é a açucareira, entretanto do ponto de vista da exportação, a maior porcentagem no conjunto de valores exportados pela província é a atividade cítrica, como é visualizado na figura 3.

Figura 3 – Gráfico demonstrativo das principais cadeias produtivas segundo participação valor FOB (%)



Fonte – Anuário Estatístico de Tucumán (www.tucuman.gov.ar)

Esta é uma atividade de baixo valor agregado, e o principal produto exportado é o limão *in natura* – Tucumán apresenta pouca especialização em termos de produtos exportados. Entretanto, podem-se identificar duas perspectivas quando analisamos os dados econômicos da província. Primeiro, o grande peso no PGB da atividade educacional – o que assinala que a província é a capital regional, por excelência, em termos de educação, atraindo estudantes inclusive das províncias vizinhas que compõe a região do NOA. Este requisito é importante, já que para agregar maior valor a sua produção, inovar e buscar novos nichos de mercado, a sociedade deve contar com uma mão de obra qualificada e treinada⁹.

Também chama atenção a importância da cadeia alimentar no seu processo produtivo – produção e exportação de açúcar, limões, cítricos, morangos e bebidas. Indubitavelmente, esta seria a vantagem comparativa por excelência da província em questão, isto é, políticas endógenas deveriam enfocar-se na cadeia alimentar – inovar nesta produção e procurar escoar sua produção via Pacífico a destinos como China e Índia, parecem decisões estratégicas imperativas a serem tomadas.

Outro dado relevante é notado ao verificarmos os dados estatísticos do comércio exterior da província, que apresenta uma importância relativa das exportações ao Brasil – sem dúvida nenhuma, esse é um exemplo do êxito que o MERCOSUL alcançou, notando-se um aumento desde o início do processo de integração no bloco. Entendemos que neste sentido, os acordos e convênios que a província possa celebrar com regiões brasileiras (estados e municípios) irão consolidar o comércio com o país vizinho, à medida que aumentará a interdependência da economia tucumana com a brasileira.

5 - Iniciativas governamentais da província

Verificou-se que até meados de 2008, Tucumán carecia de um conjunto de instrumentos governamentais que propiciasse uma perceptível rede de intercâmbios de diferentes cunhos no âmbito do MERCOSUL. As províncias de Salta, Jujuy e Catamarca, apesar da menor importância regional, vinham colhendo bons frutos por intermédio de participações em convênios e acordos com diversos parceiros, sobre tudo comerciais. Com a

⁹ O que falta à província, pois no mesmo anuário estatístico provincial referente ao ano de 2005, no item mão de obra, em torno de 28% aparece como não qualificada para a atividade que desempenha.

criação da Secretaria de Relações Internacionais no governo provincial¹⁰, Tucumán inaugurou uma era até então ainda desconhecida para a maioria do seu mercado, apresentando em poucos meses resultados de relativa expressão, conforme é mostrado a seguir.

a) Convênio entre Tucumán e norte do Chile:

Segundo informações obtidas por intermédio de uma audiência no Instituto de Desarrollo Productivo de Tucumán (IDEP), através da lei nº 7149, sancionada pelo legislativo tucumano em 10/07/2001, foram aprovados os convênios que havia entre a província de Tucumán e a II Região do Chile, firmados em setembro de 1997 na Casa de Governo da província argentina.

Tais convênios tinham por objetivo aumentar os níveis de comércio via portos do Pacífico, incluindo os portos de Mejillones e de Antofagasta, ambos no norte do Chile, obviamente visando o escoamento da produção do Noroeste Argentino (NOA), principalmente a de Tucumán.

Um dos itens do convênio referia-se à concessão de tarifas portuárias preferenciais aos produtos provenientes de Tucumán com destino ao porto de Antofagasta, enquanto à operação e tempo de permanência. Por outro lado, a oferta tucumana fazia referência à cessão, para a região de Antofagasta, de um espaço físico externo sem custos, e de um espaço interno em armazéns com desconto de 50% no seu valor.

A crescente demanda por alimentos da região asiática, aliada à já existente infraestrutura portuária do norte chileno, levou o NOA a um imediato interesse em conveniar-se com o país vizinho, buscando com isso uma conveniente saída rodoviária para suas produções.

Ainda partes integrantes destes documentos, encontravam-se a possibilidade de intercâmbios no âmbito do turismo social e cultural entre a II Região chilena e Tucumán, com ênfase no setor escolar, bem como a avaliação operativa das alfândegas existentes na fronteira entre os dois países.

Este convênio, que aproxima a província de Tucumán com a II Região do Chile, poderia ser enquadrado em uma iniciativa de desenvolvimento endógeno, já que dota de um apoio logístico para as empresas locais produtoras de alimentos escoarem e colocarem seus produtos num mercado promissor, e com possibilidade de crescimento exponencial. Notamos que essa iniciativa beneficia não somente a atividade secundária, mas também o setor terciário, pois serão necessárias empresas no ramo de hotelaria, transportes, armazenamento e seguros, onde os quais propiciam dinamismo no crescimento econômico da região.

b) Convênio entre Tucumán e Paraná (BR):

Outro exemplo de iniciativa governamental, visando desfrutar das benesses que oferecem os processos de uma integração regional equilibrada, está ancorado numa medida impulsionada pelo governo paranaense brasileiro. Firmou-se em Curitiba, Brasil, em 05/05/2008, entre o Governador do Estado do Paraná e o Governador da Província de Tucumán, um Protocolo de Intenções para o estreitamento de relações entre o Estado e a Província.

Segundo ainda o IDEP, a iniciativa do contato realizado com esse órgão, teria partido das autoridades paranaenses, em fevereiro de 2008, interessados em ampliar os intercâmbios no âmbito do MERCOSUL.

Os objetivos principais do presente Protocolo de Intenções são: a cooperação na área de políticas públicas, a elaboração de programas de mobilidade acadêmica, a possibilidade de

¹⁰ A Secretaria foi criada em meados de 2008, tendo à frente o Dr. José Vitar, ex-deputado nacional, que ainda ocupa o cargo demonstrando dinamismo nos processos de integração da província, não só no âmbito do MERCOSUL, senão também em outros mercados, como os E.U.A.

transferência de tecnologias, a promoção cultural, a divulgação turística, a conservação do meio ambiente, e o estímulo às relações comerciais.

Tal Protocolo rege, ainda, que as partes envidarão esforços no sentido de executar um Plano de Trabalho no biênio 2008/2009. No entanto, o teor do documento não contempla maiores detalhes sobre o Plano, bem como é aguardada a transformação deste em instrumento de lei.

c) Convênio entre Tucumán e Bahia (BR):

Dentre os mais conhecidos blocos de países, em todo mundo, a maioria teve a sua origem sob a égide da economia. O próprio MERCOSUL é um bloco que foi idealizado objetivando, principalmente, incrementar a circulação de mercadorias entre seus Estados membros. Assim também foi com o NAFTA, Pacto Andino, APEC, CEI, G-8, UE, entre outros.

Entretanto, um fato que chamou nossa atenção foi uma recente aproximação entre duas unidades subnacionais (de porte periférico), brasileira e argentina, justamente pelo interesse movido que não o econômico, embora se desse no âmbito de um bloco com esse perfil.

Durante um encontro entre governadores do nordeste brasileiro e do grande norte argentino (regiões noroeste e nordeste), entre os dias 18 e 19 de maio de 2007, na cidade de San Miguel de Tucumán, autoridades da área da saúde desta e do estado brasileiro da Bahia, sintonizaram-se ao redor do tema sobre mortalidade infantil em ambas regiões¹¹.

San Miguel de Tucumán tem apresentado nos últimos anos resultados oficiais positivos de combate a esse índice, que exibia um dos piores números do país. Como houve interesse por parte dos representantes baianos em saber como o setor tucumano reverteu esse quadro crítico em tempo mínimo, deu-se início então a um intercâmbio intenso entre os dois estados não somente relacionado ao combate da mortalidade infantil, como também em outros aspectos na área em questão. A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, em contrapartida, ofereceu ao Ministério da Saúde de Tucumán conhecimentos na área de participação social, odontologia produtiva e planejamento orçamentário.

Partindo dessa iniciativa entre os dois estados, o processo teve sua continuidade através de uma reunião realizada em Salvador, em 04/09/2007, a qual se denominou Cooperação Técnica, entre a Secretaria de Saúde da Bahia e o Ministério tucumano, a qual abordou o apoio mútuo nas áreas de recursos humanos, materno infantil, além das áreas citadas anteriormente. Esta ata foi assinada pelos governadores Jacques Wagner (Bahia) e José Alperovich (Tucumán) e, atualmente, representantes da saúde de ambas unidades realizam constantes reuniões para tratar de temas relacionados ao progresso do programa integracionista.

Com respeito ao cronograma de atividades, algumas metas foram traçadas, com início de execução de planos para maio de 2008, e que deveriam ser atingidas em dezembro do mesmo ano. Está previsto para março de 2009 um encontro em Tucumán, para avaliar os resultados obtidos até o momento.

Segundo ainda informações prestadas pelo gabinete tucumano, tal programa recebe apoio da Organização Panamericana da Saúde (OPS), porém nenhum tipo de auxílio econômico parte atualmente dos cofres do governo federal argentino.

¹¹ A agenda do encontro em Tucumán abordava três áreas: cooperação universitária, desenvolvimento social e turismo.

6 – Pontos negativos verificados

Após algumas consultas às esferas públicas e privadas no domínio geográfico da capital tucumana, podemos inferir que há um incipiente processo de integração regional no MERCOSUL, a partir de iniciativas locais, notadamente no âmbito público.

Na contramão desse processo, encontramos a Federação Econômica de Tucumán (FET), com uma ínfima participação no setor que corresponde ao motor do bloco em questão. Atualmente, a organização apenas participa das esporádicas reuniões realizadas pela Zona de Integração do Centro Oeste da América do Sul (ZICOSUL), por intermédio do Sr. Rodolfo Roque Di Pinto, componente da direção daquela federação.

Considerando-se que o setor econômico da província tem um peso importante no desenvolvimento regional, há de se convir que a FET poderia, e deveria, estar em um maior grau de envolvimento com entidades afins, com o propósito de levar a província a ocupar espaços ainda pouco explorados economicamente.

Assim também encontramos outros organismos associativos na cidade, (como a Associação Rural, entre outras), os quais igualmente ainda não se permitiram a um dinamismo exigido pelas atuais práticas mundiais das cadeias produtivas de um determinado território.

7 – Considerações finais

Este trabalho teve a intenção de ativar a discussão acadêmica sobre as regiões periféricas no MERCOSUL. Há muitos estudos e análises, das mais diferentes matizes, com relação ao processo de integração no MERCOSUL. Entretanto, geralmente os mesmos se centram nas origens, nas alternativas políticas, nos atores e interesses, tanto dos países membros como dos não membros. Em geral, há uma grande ausência daqueles territórios com problemas de desenvolvimento no interior de cada um dos países, e em particular o estudo das unidades subnacionais neste processo.

Salientamos que o processo de integração no MERCOSUL foi fruto de uma dicotomia entre dois paradigmas – por um lado o econômico e por outro o político-cultural –, e assim a questão do desenvolvimento não pôde ser contemplada. No nosso entendimento o desenvolvimento, além de ancorar-se numa base territorial e social determinada, deve construir-se a partir das práticas sociais, políticas e culturais, de modo que se o processo produtivo não gerar uma simbiose entre os aspectos econômicos e culturais, não poderemos falar em desenvolvimento harmônico no conjunto do MERCOSUL.

Também entendemos que as regiões mais postergadas devem vincular-se à integração pautada no desenvolvimento endógeno, isto é, uma política que valorize a produção local e a integre tanto ao conjunto do bloco econômico como ao do mercado global. Obviamente, isto traz problemas sob o ponto de vista de análise. Primeiro, a dificuldade de conciliar uma teoria que contemple a participação das unidades subnacionais no processo de integração, já que esta esfera é incumbência dos governos nacionais. Entretanto, observamos várias iniciativas por parte de municípios, estados e províncias, que cada vez mais passam a ter uma maior participação e definição de seus interesses no tocante à integração. À medida que as unidades subnacionais adquiram maior participação no MERCOSUL, paulatinamente ocorrerão maiores definições teórico-metodológicas para dar conta desta problemática.

Este trabalho revela como uma região periférica do MERCOSUL – como é o caso da província de Tucumán – contempla o processo de integração, e quais são as medidas e iniciativas políticas que são gestadas. Analisamos essas iniciativas a partir de duas ópticas – políticas estimuladas pelos centros, portanto políticas não endógenas, já que não estão alicerçadas na base territorial, social e econômica da província.

Observamos que começam a existir algumas iniciativas locais, geralmente motivadas pelo governo provincial. No entanto, as entidades patronais, que congregam as empresas privadas, como a FET, não possuem sequer um grupo de análise e acompanhamento do MERCOSUL, o que representaria outro exemplo de política não endógena.

Caberia uma pergunta para futuras análises: o desinteresse por parte do setor empresarial e governamental da província de Tucumán, com relação ao MERCOSUL, está relacionado às dificuldades econômicas provinciais? Se a resposta for positiva, a solução seria o incremento de políticas endógenas. Caso contrário, pode-se inferir que a preponderância do setor açucareiro na matriz econômica tucumana, foi o elemento que afastou por tanto tempo Tucumán de um maior interesse no MERCOSUL, sob o ponto de vista político.

As questões pertinentes ao MERCOSUL, às suas regiões periféricas, e ao desenvolvimento endógeno, merecem maiores aprofundamentos por parte dos estudos que enfoquem a integração, como forma de resposta a muitos interrogantes ainda não solucionados.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO MAGALHÃES, A. G., NACLERIO TORRES, L. C. *Integração entre regiões periféricas no MERCOSUL: um estudo de caso*. In: Encontro Internacional de Geografia, USP, São Paulo, 2008. CD-ROM.

BARQUERO VÁZQUEZ, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. tradução de BRINCO, Ricardo. Porto Alegre: Fundação Econômica e Estatística, 2001.

GUILHOM, Alburquerque. *Relações internacionais contemporânea. A ordem mundial depois da guerra fria*. Petrópolis: Vozes, 2005.

VIANA, Francisco. *Argentina Civilização e Barbárie*. São Paulo: Atual, 1991.

OLIVEIRA PERPÉTUO, Rodrigo de. *Governos locais e desenvolvimento: outros caminhos da diplomacia*. In: Revista Carta Capital, São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais – USP, vol. 3, nº 3, outubro de 2008.

Páginas web visitadas:

www.indec.gov.ar

www.tucuman.gov.ar